

JUREMA MARIA PEDROSO

## **AS CONCEPÇÕES DE CORPOREIDADE NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA  
1994

JUREMA MARIA PEDROSO

AS CONCEPÇÕES DE CORPOREIDADE NO CONTEXTO  
DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADOR: CARLOS EDUARDO VIEIRA

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Carlos Eduardo Vieira pela orientação séria e competente.

À professora Vera Luíza Moro pelas contribuições iniciais, fundamentais ao estudo de qualidade.

À Maria Júlia de Medeiros Menegotto pela colaboração e apoio técnico.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>iv</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	1
1.2 JUSTIFICATIVA.....	3
1.3 OBJETIVOS .....	3
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>4</b>
2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	4
2.1.1 O materialismo histórico.....	4
2.1.2 A economia política.....	8
2.1.2.1 O trabalho alienado.....	10
2.1.2.2 A propriedade privada.....	16
2.1.2.3 A mais-valia.....	18
2.1.2.4 A mercadoria.....	21
2.1.2.4.1 A mercadoria força de trabalho.....	22
2.2 AS CONCEPÇÕES DE CORPOREIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	24
2.2.1 O corpo como instrumento de trabalho.....	26
2.2.2 O corpo como mercadoria.....	30
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	36
<b>3 CONCLUSÃO .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>40</b>

## RESUMO

O trabalho consiste na discussão em torno das concepções de corporeidade inerentes à lógica do modo de produção capitalista, buscando-se desvelar os significados históricos-concretos que assume a corporeidade em um determinado tipo de sociedade: a sociedade capitalista.

Diante do fato de que o corpo passa a ser hipervalorizado pela sociedade como um todo mas que, apesar disso, continua prevalecendo a imagem de um corpo fragmentado, que expressa uma determinada realidade social, torna-se importante uma exploração que leve em conta os aspectos históricos e sociológicos presentes nas manifestações da corporeidade humana. Nesse sentido, tem-se como objetivo principal abrir novos caminhos, novas perspectivas para se pensar o corpo em sua realidade social, mediante a discussão sobre as concepções de corporeidade a partir das determinações sociais presentes na sociedade capitalista.

Para realizar a discussão em torno das concepções de corporeidade, foi escolhido, como fonte de apoio e sustentação, o pensamento marxiano que possibilita a compreensão da lógica desse modo de produção.

Em resumo, pode-se dizer que o corpo apresentou historicamente vários significados: expressão do poder, sinônimo de pecado e/ou prisão da alma. No âmbito da sociedade capitalista ele se apresenta de duas maneiras básicas: ele é concebido, no primeiro momento, como produtor de mercadorias, força de trabalho e, no segundo momento, como a própria mercadoria, vendável a partir de modelos estéticos pré-estabelecidos.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

No momento histórico atual, o corpo passa a receber enorme atenção, o que se confirma pelos meios de comunicação que veiculam a imagem do corpo 'ideal', pelas academias lotadas, pelos parques cheios de novos adeptos das atividades físicas. Pode-se dizer que existe um processo em curso de supervalorização do corpo.

Diante desse quadro, pretende-se fazer uma discussão sobre a temática do corpo, buscando desvelar os significados históricos-concretos da corporeidade em um determinado tipo de sociedade: a sociedade capitalista.

Não obstante, as reflexões apresentadas neste estudo não se pretendem definitivas. Ao contrário, fazem parte de um processo constante de reelaboração. Portanto, a discussão em torno da corporeidade sempre estará sujeita a um processo de enriquecimento, no sentido de se buscar uma maior compreensão desse fenômeno: *"Hoje em dia já se pode afirmar que é atitude pouco científica pretender 'esgotar' cabalmente a compreensão do real e, portanto, querer definir, de forma conclusiva e absolutamente previsível, as 'leis' do real, especialmente da realidade dos seres vivos."* (ASSMANN, 1993, p. 81).

Toda leitura da realidade encerra em si uma forma de ver e interpretar o mundo. Nesse sentido, torna-se fundamental explicitar as perspectivas segundo as quais será norteada a discussão em torno da corporeidade. Em primeiro lugar, considera-se que a reflexão em torno das concepções de corporeidade faz parte da reflexão da própria concepção de homem e sociedade, uma vez que eles coexistem e se determinam mutuamente ; em segundo lugar, entende-se que, sendo as reflexões apresentadas fruto de um

processo, o método adotado torna-se o próprio percurso de investigação, construído a medida em que se apropria do objeto de estudo. Assim, "*o método, em um trabalho de reflexão filosófica, deixa de ser um instrumento utilizado por nós, e identifica-se com o movimento da própria consciência em sua busca de desvelar o real. Na crescente aproximação da estrutura do fenômeno, a consciência se alarga, adquire novas formas de significar, estabelecendo novas conexões*" (GONÇALVES, 1994, p. 10). Dessa forma, define-se o modo de encaminhamento da questão, ou seja, se ela é pensada como algo dado ou se ela é pensada como um processo, em constante redefinição.

Para realizar a discussão em torno das concepções de corporeidade no âmbito do modo de produção capitalista, foi escolhido, como fonte de apoio e sustentação, o pensamento marxiano que possibilita a compreensão da lógica desse modo de produção.

Este estudo pretende contribuir para a compreensão da corporeidade na sociedade capitalista, desvelando e desmistificando os modelos de corpo implícitos na lógica dessa sociedade. Pretende-se assim, abrir novos caminhos, novas perspectivas para se pensar o corpo.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Sendo que o corpo, na sociedade moderna, passa a ser foco de enorme atenção torna-se fundamental a reflexão em torno dos significados históricos-concretos da corporeidade, buscando desvelar e desmistificar os modelos de corpo inerentes à lógica do modo de produção dessa sociedade.

Considerando-se que o homem constrói a sociedade em que vive mas, ao mesmo tempo, sofre os reflexos dessa sociedade (homem e sociedade se determinam mutuamente), a visão que o homem tem do seu corpo, incorpora valores sociais e significados históricos que precisam ser discutidos, sob pena de

o homem e o seu corpo nunca serem apreendidos dentro de uma perspectiva mais ampla.

Para os profissionais que têm como objeto de estudo o homem, mais precisamente o homem em movimento ou o corpo em movimento, todas as dimensões da corporeidade são fundamentais. Entretanto,

*Numa observação ainda que superficial, pode-se perceber que a educação física, tanto quanto a medicina, mantém-se presa a uma compreensão de corporeidade muito limitada ao corpo físico. Dificilmente vê-se a corporeidade vinculada às questões de ordem social, política, econômica, ideológica ou cultural (SANTIN, 1992, p. 63).*

Nesse sentido, pode-se afirmar que, no que diz respeito à corporeidade, historicamente privilegiou-se a visão biológica-funcional. Portanto, já se faz necessário uma exploração que leve em conta os aspectos históricos e sociológicos presentes nas manifestações da corporeidade humana, ultrapassando a visão corriqueira do corpo que não costuma incluir nada além do estritamente biológico.

### 1.3 OBJETIVO

Provocar uma discussão sobre as concepções de corporeidade a partir das determinações sociais presentes na sociedade capitalista.



## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Partindo do fato de que será realizado um estudo sobre os significados históricos-concretos que assume a corporeidade na sociedade capitalista, torna-se necessário apreender seu movimento estrutural, ou seja, é necessário uma análise mínima das formas como se organiza esse modo de produção. Para tanto, optou-se pela teoria de Marx, que realiza um estudo rigoroso a esse respeito.

Entretanto, dada a complexidade e a dificuldade de penetrar em um pensamento tão complexo como o marxiano, priorizou-se, para este estudo, a abordagem dos conceitos mais significativos da teoria materialista da história.

Assim, este capítulo tem como objetivo principal, explicitar alguns conceitos inerentes ao pensamento marxiano, fonte de apoio e sustentação para uma discussão mais ampla.

#### **2.1.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO**

Os discípulos do filósofo alemão Georg Wilhelm Hegel, após a sua morte, dividiram-se em dois grandes grupos: os hegelianos de direita, e os jovens hegelianos de esquerda. Essa cisão entre os discípulos de Hegel, em duas frentes completamente opostas, ocorreu devido às divergências em relação a apropriação de seu legado. Os jovens hegelianos de esquerda do qual faziam parte David Strauss, os irmãos Bauer, Ludwig Feuerbach, Arnold Ruge, entre outros, privilegiavam em suas polêmicas a crítica aos dogmas religiosos e filosóficos da sua época. Mais tarde passariam a ser conhecidos como os Livres de Berlim. Marx, embora não estivesse vinculado aos Livres de Berlim se aproximou muito de alguns de seus membros.

Em outubro de 1842 Marx se torna editor do jornal liberal *Gazeta Renana*, o que lhe proporcionou uma aproximação com a realidade cotidiana alemã. Através de seus artigos passa então a criticar os livres de Berlim por não considerarem a realidade nas suas polêmicas, por demonstrarem raciocínio vago, distante dos fatos concretos: *"A insatisfação com o intelectualismo, com a especulação e o pedantismo de parte da tradição filosófica alemã são características marcantes do pensamento do jovem Marx. São as situações concretas que nutrem a reflexão e são elas, por conseguinte, a matéria prima da filosofia"* (VIEIRA, 1994, p. 138).

Não obstante, os artigos de Marx não se limitavam à crítica aos Livres de Berlim. Nesse período, Marx já se posicionava abertamente contra o Estado absolutista. Assim, a sua situação se tornava cada vez mais difícil na Alemanha, o que o levou a exilar-se na França, em 1843. Contudo, antes de instalar-se em Paris passou um período numa pequena cidade renana de Kreuznach, onde escreveu os Manuscritos de Kreuznach: *"É possível identificar nessa obra o desejo do jovem teórico de penetrar criticamente na engenharia lógica hegeliana, a partir das influências de Feuerbach e Trendelenburg"* (VIEIRA, 1994, p. 139). As obras iniciais são, assim, marcadas pelo enfrentamento com a lógica hegeliana.

No início de sua trajetória intelectual Marx é influenciado pelas idéias de Feuerbach que operava uma crítica ao idealismo abstrato da teologia e da filosofia. Contudo, Marx não demorou a perceber que a posição de Feuerbach se resumia a uma inversão materialista, ou seja, a passagem do idealismo hegeliano a um materialismo filosófico radical, tão abstrato quanto o primeiro.

Marx passará, então, a criticar tanto o debate filosófico marcado pelo legado hegeliano quanto a unilateralidade do materialismo de Feuerbach, este último particularmente através das Teses sobre Feuerbach. A crítica marxiana à demiurgia do sujeito imanente à tradição filosófica alemã, bem como à passividade do sujeito frente às leis naturais, defendida pelo materialismo vulgar

de Feuerbach, representa a tentativa marxiana de superação desses dois pontos de vista: "*Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado*"(MARX, apud VIEIRA, 1994, p. 158).

Nesse ponto, já se faz necessário chamar a atenção para o fato de que existem intérpretes, como Althusser, que dividem o legado de Marx em duas fases: obras de juventude, marcadas pelo debate pós-hegeliano, ainda sob influência idealista, e obras de maturidade, caracterizadas pela construção do materialismo histórico. Segundo o viés althusseriano, há uma ruptura, um corte epistemológico entre as obras de juventude e as obras de maturidade, sendo a obra **'Miséria da Filosofia'** o marco dessa ruptura. Os textos juvenis compreendem, portanto, todos os textos escritos por Marx até aquela obra, tais como os Manuscritos de Paris, Ideologia Alemã, Teses sobre Feuerbach. As obras de maturidade, por sua vez, compreendem a produção marxiana a partir da **Miséria da Filosofia** que, para Althusser, representa a ruptura com o debate hegeliano e a consolidação definitiva do materialismo histórico.

Entretanto, contrapondo-se à essa visão Konder, entre outros, acredita ser o legado marxiano caracterizado não por uma ruptura como acredita Althusser, mas por um caráter de continuidade aproximativa. Nesse sentido, diz KONDER (1965, p. 282):

*De certo modo, podemos mesmo afirmar que Marx só se dispôs a empreender a exaustiva investigação de que resultou O Capital em decorrência da sua interpretação juvenil do fenômeno da alienação e da sua convicção de que era na corrupção e na degradação do trabalho humano que deveria ser localizada a raiz da alienação.*

FROMM (1983) também expressa, em vários momentos de sua obra, **O Conceito Marxista do Homem**, a continuidade entre as obras de juventude e de maturidade: "*é da máxima importância, para se compreender*

*Marx, ver como o conceito de alienação foi e continuou sendo o ponto focal do pensamento do jovem Marx que escreveu os Manuscritos Econômicos Filosóficos, e do 'velho Marx' que escreveu O Capital" (FROMM, 1983, p.56).*

Reconhecer o caráter de continuidade nas obras de Marx, significa reconhecer que a concepção materialista da história é consolidada nas obras de maturidade mas, fundamentalmente, que vem se alicerçando desde as obras de juventude. Significa também reconhecer que as inovações no âmbito da economia política não representam o abandono às polêmicas anteriores: "*O marxismo, como crítica e superação de toda tradição científica anterior, constrói o alicerce de sua concepção na crítica ao racionalismo idealista e/ou naturalista e edifica uma compreensão eminentemente histórica da realidade*" (VIEIRA, 1994, p. 168).

O materialismo histórico tem como ponto de partida o homem real, concreto, que vive em uma determinada sociedade modificando-a, dentro de determinadas condições, e sendo modificado por ela: "*Ao contrário de Hegel, Marx estuda o homem e a história partindo do homem real e das condições econômicas e sociais em que ele tem que viver, e não primordialmente das idéias dele*" (FROMM, 1983, p. 22).

Marx, portanto, considera que os homens, mediante sua atividade social concreta, são os sujeitos da história. Não se trata, como compreende Hegel, de um movimento da idéia, do pensamento abstrato, e sim das relações histórico-sociais que o homem estabelece no âmbito da sua prática social. A história expressa esse conjunto de relações, ou seja, do homem que transforma a natureza e, assim, transforma a si mesmo, através do trabalho.

O materialismo histórico, não representou, de forma alguma, a inversão materialista do idealismo hegeliano. Ao contrário, representa tanto a superação do idealismo hegeliano, onde o homem é onipotente e a história não é mais do que o movimento das idéias, quanto do materialismo vulgar de Feuerbach, onde o homem é passivo diante da matéria e a história é decorrência

de um processo natural. Na ciência do materialismo histórico, o homem, ser social, constrói sua história, porém de acordo com certas condições objetivas. Percebe-se aí a relação de reciprocidade entre o homem e a sua realidade social, entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

O materialismo histórico não deve ser considerado como obra de um método absoluto, construído por Marx para dar conta de todas as questões mundanas. O método marxista deve ser entendido como o percurso de investigação que Marx edificou, à medida em que se apropriava do seu objeto de estudo, a sociedade burguesa.

### 2.1.2 A ECONOMIA POLÍTICA

A interlocução de Marx com os técnicos da economia política surge da necessidade desse pensador de debater com aqueles que apresentam o sistema capitalista de produção como consequência de leis naturais. Para tanto, Marx recorre novamente à história. Sua intenção, contudo, não é a de explicar a evolução da história humana por meio de leis econômicas deterministas, ou seja, escravizar a história às leis econômicas, suprimindo o homem como sujeito desse processo. Ao contrário, sua intenção é a de historicizar o sistema produtivo, ou seja, apresentar o modo de produção capitalista como um processo histórico, expressão das relações sociais, e não como fruto de leis naturais:

*Ao dizer que as atuais relações - as da produção burguesa - são naturais, os economistas dão a entender que se trata, precisamente, de um tipo de relação sob as quais cria-se a riqueza e desenvolve-se as forças produtivas, de acordo com as leis da natureza. Por conseguinte, essas relações são em si, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas as quais devem, sempre, reger a sociedade. De modo que, até agora, houve história, agora porém, já não há (MARX, apud VIEIRA, 1994, p. 163).*

Para tanto, Marx recorre à Ricardo e Smith representantes da economia política clássica, cujas obras demonstram um esforço rigoroso de apreensão do modo de produção capitalista. Os Manuscritos Econômicos Filosóficos, ou simplesmente, '**Manuscritos de Paris**', representam o princípio do debate às idéias de Ricardo.

Não obstante, a opção pela economia política não representa o abandono das polêmicas anteriores. Ao contrário, vem afirmar o papel central da história no seu legado.

A economia política, segundo a perspectiva marxiana, é uma ciência essencialmente histórica, das leis de produção e troca. Isso significa que a economia política tem um caráter objetivo, contudo essa objetividade é histórica. Portanto, as leis da economia não podem ser confundidas com as leis da física, porquanto as primeiras são leis históricas e não naturais/necessárias:

*As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país e , dentro de cada país, de geração para geração. Por isso a economia política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas.[...] A matéria sobre que versa é uma matéria histórica, isto é , sujeita a mudança constante (ENGELS, 1976, p. 127).*

Por sua vez, as categorias econômicas marxianas, construções lógicas que objetivam uma melhor apreensão do mundo, são expressões históricas e objetivadas da ordem burguesa:

*As categorias mais abstratas- precisamente por causa de sua natureza abstrata- apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas (MARX, apud VIEIRA, 1994, p. 171).*

### 2.1.2.1 O TRABALHO ALIENADO

A compreensão da concepção marxiana do trabalho torna-se fundamental à medida em que esta se constitui num dos pontos centrais de seu pensamento. Outrossim, representa mais um passo em direção à compreensão do modo de produção capitalista.

Marx, nos **Manuscritos de Paris** de 1844 realiza um estudo aprofundado em relação a esse tema, onde procura estabelecer relações entre a alienação, categoria própria do debate filosófico, com as categorias advindas da economia política, como trabalho, trabalho assalariado. Diz KONDER (1965, p. 281): *"uma das teorias mais brilhantemente desenvolvidas pelo jovem Marx nos seus estudos de 1844 era a teoria marxista da alienação. Partindo de uma crítica à concepção hegeliana da alienação e com base em suas análises econômicas, Marx formulou sua própria interpretação do fenômeno"*.

Alienação , significa que o homem não se reconhece como agente ativo de seu controle sobre as coisas, mas que estas permanecem estranhas e superiores a ele: *"Alienar-se é, em última análise, vivenciar o mundo e a si mesmo passivamente, receptivamente, como o sujeito separado do objeto"* (FROMM, 1983, p. 50).

O trabalho, na perspectiva marxiana, representa a expressão da vida, a expressão da energia humana, expressão própria do homem. Através do trabalho, ou atividade própria do homem, ele se relaciona com a natureza, modificando-a e, ao mesmo tempo, sendo modificado por ela:

*O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Ele se opõe à natureza como uma de suas próprias forças, pondo em movimento braços e pernas, as forças naturais de seu corpo, a fim de apropriar-se das produções*

*da natureza de forma ajustada a suas próprias necessidades. Pois, atuando assim, sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica sua própria natureza (MARX, apud FROMM, 1983, p.47).*

O trabalho, não é exclusivamente um meio para um fim, ou seja, não é só um meio para satisfazer outras necessidades. O trabalho além de ser uma forma de o homem garantir sua subsistência deve ser também uma atividade de auto-realização. Contudo, no modo de produção capitalista, o trabalho torna-se uma atividade alienada. Assim,

*Sendo o trabalho humano a atividade através do qual o homem se produz a si mesmo, sendo a atividade produtiva do homem uma atividade humanizadora por natureza, Marx preocupou-se em saber porque e como se haviam criado condições nas quais o trabalho, de condição natural para a realização do homem, chegara a se tornar o seu algoz (KONDER, 1965, p.283).*

Marx, a partir da análise do trabalho no modo de produção capitalista chega a três aspectos fundamentais: o primeiro aspecto diz respeito a alienação do trabalhador com seu produto, ou seja, a relação do trabalhador com o produto de seu trabalho como um objeto estranho, que o domina, e é totalmente independente do trabalhador:

*A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo um existência externa, mas ainda que existe independente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que se lhe opõe como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil (MARX, 1983, p. 91).*

O segundo aspecto diz respeito à relação do trabalho como ato de produção dentro do trabalho. A alienação aparece não somente como resultado, mas também como processo dentro da atividade produtiva. Em outras palavras, o



próprio trabalho torna-se estranho ao trabalhador; torna-se uma atividade imposta, realizada com sofrimento onde o homem nega a si próprio. O trabalho, que também deveria ser um fim em si mesmo, torna-se exclusivamente um meio: *"não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades"* (MARX, 1983, p. 93).

Finalmente, a alienação da própria atividade se evidencia no fato do trabalho e seu produto não pertencerem ao trabalhador, mas sim ao não-trabalhador, ou seja, ao capitalista.

Além desses dois aspectos do trabalho alienado, primeiro em relação ao objeto, segundo em relação à própria atividade, existe um terceiro aspecto: a alienação do homem em relação a sua própria espécie, ou seja em relação aos outros homens. O que isso significa? Significa que o homem, ao contrário dos animais, tendo consciência não só de si próprio como indivíduo mas também e, fundamentalmente, como membro participante de uma sociedade, acaba por transformar a vida da espécie, que deveria ser um fim, em uma forma de vida individual de existência, ou seja, um meio para sua existência: *"Assim como o trabalho alienado transforma a atividade livre e dirigida pelo próprio indivíduo em um meio, também transforma a vida do homem como membro da espécie em um meio de existência física"* (MARX, 1983, p. 97).

◦ A alienação do homem, vista sob esses três aspectos, é portanto uma alienação global, ao passo em que ele se aliena do objeto de sua produção, de sua atividade, o trabalho, de si mesmo e dos outros. Por fim, da vida humana.

#### 2.1.2.2 PROPRIEDADE PRIVADA

Vinculada à categoria do trabalho alienado está uma outra categoria: a propriedade privada.

Propriedade privada, na concepção marxiana, é uma categoria social e histórica uma vez que Marx se refere à propriedade das 'classes proprietárias',

ou seja, dos capitalistas, portanto, de um tipo histórico determinado de sociedade.

A partir do trabalho alienado o trabalhador estabelece uma relação com o não-trabalhador. Se o produto de seu trabalho não lhe pertence, ele pertence ao não trabalhador; se para o trabalhador sua atividade representa sofrimento e negação, para o não trabalhador representa o ócio, a apropriação da produção do trabalhador . Portanto, ao mesmo tempo em que aliena-se de seu produto e de seu trabalho, o trabalhador outorga ao não trabalhador a dominação da produção e dos seus produtos. Assim, numa primeira análise, o trabalho alienado não é mais que uma consequência da propriedade privada. Não obstante, não se pode negar a existência de uma reciprocidade entre essas duas categorias, assim expressa por MARX (1983, p. 99-100) : *"só na etapa final do desenvolvimento da propriedade privada é revelado seu segredo, ou seja, que é, de um lado, o produto do trabalho alienado e, do outro, o meio pelo qual o trabalho é alienado, a realização dessa alienação"*.

A propriedade privada já existia nas mais primitivas sociedades, contudo, baseada no trabalho individual e limitada a certos objetos. Começa a se desenvolver pela troca de equivalentes, sob a forma de mercadorias, até atingir um certo grau de desenvolvimento onde sua produção torna-se uma produção capitalista, ou seja, uma produção excedente:

*[...] à primeira vista, a propriedade aparecia como baseada no trabalho individual... agora, a propriedade se nos apresenta, no que se refere ao capitalista, como um direito de se apropriar do trabalho alheio não retribuído, e, no que diz respeito ao operário, como a impossibilidade de apropriar-se do produto de seu trabalho (ENGELS, 1976, p. 141).*

Pode-se perceber que a mercadoria força de trabalho , no modo de produção capitalista, não recebe o mesmo tratamento que as outras mercadorias.

Trata-se, portanto, de uma mercadoria com características próprias, que serão enfatizadas no item desse trabalho referente à questão da mercadoria.

A todo esse processo histórico de formação da propriedade privada, culminando com a produção capitalista, segue o processo de formação das classes sociais, onde de um lado encontra-se o capitalista ou possuidor dos meios de produção e, de outro, o trabalhador, sem propriedades, que dispõe tão somente de sua força de trabalho.

Nessa perspectiva,

*Todos os progressos da sociedade humana, a partir do momento em que se ergue do estágio da barbárie animal primitiva, tem o seu começo no dia em que o trabalho da família criou mais produtos que os necessários para o seu sustento, portanto, quando uma parte do trabalho pode ser invertida, não apenas na produção de simples meios de vida, mas em criar meios de produção. A formação de um excedente do produto do trabalho, depois de ter sido coberto o gasto da subsistência do próprio trabalho, ao mesmo tempo em que a formação e o desenvolvimento por meio deste excedente de um fundo social de produção e de reserva era, desde o princípio e continua sendo hoje, a base de todo o progresso social, político e intelectual. Esse fundo vem sendo, historicamente, o patrimônio de uma classe privilegiada que pela sua posse, tem também nas mãos a hegemonia política e a direção espiritual (ENGELS, 1976, p.170).*

Foi portanto, a partir do desenvolvimento histórico do sistema de produção e troca, que surge a força de trabalho como mercadoria, porquanto ela representa, para o trabalhador, o único meio de que dispõe para sobreviver e, para o capitalista, o meio de produzir um excedente em valor. É o que Marx denomina de mais-valia.

### 2.1.2.3 A MAIS-VALIA

A mais-valia tem origem na venda da força de trabalho que *"recebe um valor desde que se torna 'mercadoria', como o é hoje, de fato; e esse valor é determinado, como o de qualquer mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à produção, incluindo-se nela, por conseguinte, a reprodução desse trabalho específico"* (ENGELS, 1976, p. 180-181).

Se, por exemplo, para se manter durante um dia o trabalhador necessitasse produzir o correspondente a seis horas de trabalho, e se o capitalista lhe pagasse o equivalente a essas seis horas de trabalho, não haveria mais-valia. O que acontece, então, é que o possuidor de dinheiro tendo pago pela força de trabalho, torna-se o proprietário dela durante todo o dia: *"O fato de somente seis horas de trabalho serem necessárias para manter a vida do trabalhador durante vinte e quatro horas, não o impede de modo algum que seja obrigado a trabalhar doze em vinte e quatro"* (ENGELS, 1976, p. 181).

Assim, o valor que um trabalhador cria em doze horas de trabalho não corresponde ao valor do que ele consome nesse dia de trabalho: *"o valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são portanto duas magnitudes distintas"* (MARX, 1968, p. 218). Na verdade, o trabalhador produz um valor maior do que o valor que necessita para sobreviver nesse dia. Portanto, segundo o exemplo citado, o trabalho custaria ao capitalista, diariamente, o valor da produção de seis horas de trabalho, que é o valor correspondente às necessidades do trabalhador nesse mesmo dia. Das outras seis horas de trabalho, não pagas, provém a mais-valia.

Pode-se dizer que a mais-valia tem origem no excedente quantitativo de trabalho, onde os trabalhadores entregarão aos capitalistas, como produto de seu trabalho, uma quantidade maior de valor do que a parte que recebem deles sob a forma de salário.

Não obstante, há de se ressaltar que existem duas formas clássicas de mais-valia: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Na mais-valia absoluta todo excedente produzido decorre exclusivamente da exploração da força de trabalho, isto é, do prolongamento do tempo de trabalho necessário para a subsistência do trabalhador. A mais-valia absoluta predominou em um determinado estágio de desenvolvimento econômico da sociedade, caracterizada por uma extensa jornada de trabalho. Contudo, através das lutas os trabalhadores conseguiram a redução da sua carga horária de trabalho o que obrigou os capitalistas a investirem cada vez mais na produtividade do trabalho, para que se continuasse obtendo mais-valia, ou seja: para que o trabalhador continuasse produzindo, em oito horas de trabalho a mesma quantidade de mercadorias que produzia em quatorze horas:

*Com os meios dados pode um sapateiro, por exemplo, fazer um par de botas em um dia de trabalho de doze horas. Para fazer no mesmo tempo dois pares de botas, tem de duplicar-se a produtividade de seu trabalho, o que exige a alteração no instrumental ou no método de trabalho ou em ambos ao mesmo tempo. Tem de ser revolucionadas as condições de produção de seu trabalho, o modo de produção e consequentemente o próprio processo de trabalho. Entendemos aqui por elevação da produtividade do trabalho em geral uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir com a mesma quantidade de trabalho quantidade maior de valor-de-uso (MARX, 1968, p. 362).*

A mais-valia absoluta caracteriza-se pelo aumento quantitativo da jornada de trabalho e a mais-valia relativa pelo aumento da produtividade do trabalho. Segundo MARX (1968, p. 362), "*é mister que se transformem as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que muda o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho. Só assim pode*

*cair o valor da força de trabalho e reduzir-se a parte do dia de trabalho necessária para reproduzir esse valor".*

Embora as formas da mais-valia sejam distintas, elas sempre coexistiram. Dessa forma, força de trabalho e produtividade sempre caminharam juntas na formação da mais valia. O que houve foi o predomínio de uma em relação à outra em determinado período do desenvolvimento econômico da sociedade capitalista.

#### 2.1.2.4 A MERCADORIA

Para que se possa abordar a questão da mercadoria é necessário, antes de mais nada, compreender o seu significado. Assim,

*a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 1968, p.41-42).*

Além disso, a mercadoria constitui a forma principal de riqueza nas sociedades onde predomina a produção capitalista.

Todo objeto, dentro da sociedade capitalista, pode ser considerado sob duplo aspecto: pelo seu valor de uso e pelo seu valor de troca,

*'pois duplo é o uso de cada coisa. Um é próprio a coisa como tal, o outro não, como uma sandália, que serve para calçar, e pode ser trocada por outro objeto. Ambos são valores de uso da sandália, pois quem a permuta pelo que lhe falta, por exemplo, alimento, utiliza a sandália como sandália, mas não em seu modo natural de uso. Pois a finalidade de sua existência não é a permuta' (ARISTÓTELES, apud MARX, 1968, p. 95-96).*

Valor de uso diz respeito ao valor que um objeto tem pela sua utilidade, que só se realiza com a utilização ou o consumo. A própria mercadoria é, por isso, um bem. Não obstante, uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Neste caso, quando alguém produz para atender suas próprias necessidades está gerando um valor de uso mas não uma mercadoria. Para criar mercadoria é necessário não somente produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, isto é, dar origem a um valor de uso social. Entretanto, outro aspecto importante deve ser considerado: o fato de que para se tornar mercadoria um objeto tem que ser transferido a quem vai servir como valor de uso por meio de troca. É incorreta a idéia de que a mercadoria é qualquer produto que não seja consumido pelo produtor. Para um produto se tornar mercadoria deve haver uma troca.

Na sociedade capitalista, os valores de uso são, também, veículos materiais do valor de troca:

*As mercadorias vem ao mundo sob a forma de valores de uso, de objetos materiais, como ferro, linho, trigo, etc. É a sua forma natural, prosaica. Todavia, só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor. Por isso, patenteiam-se como mercadorias, assumem a feição de mercadoria, apenas na medida em que possuam dupla forma, aquela forma natural e a de valor (MARX, 1968, p. 54-55).*

Enquanto valor de uso as mercadorias diferem pelas suas qualidades. Já enquanto valor de troca, distinguem-se pela quantidade. Assim, na relação de troca entre as mercadorias o que importa não é o valor de uso. Nesta relação um valor de uso vale tanto quanto outro desde que sejam trocados em proporções adequadas, por exemplo: 100 kg de ferro por n kg de cobre. Mas como se determina o valor de uma mercadoria? O valor das mercadorias é determinado pelo trabalho geral, humano, socialmente necessário nelas materializado, corporificado, cuja grandeza é medida por meio da quantidade de trabalho

contida na mercadoria: "*a quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia, etc.*" (MARX, 1968, p.45).

Assim, mercadorias que incorporam a mesma quantidade de trabalho, ou, em outras palavras, que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, possuem valores iguais: "*o valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra, assim como o tempo de trabalho necessário à produção de uma está para o tempo de trabalho necessário à produção de outra. 'Como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza'*" (MARX, 1968, p. 46).

É um equívoco, porém, admitir que a proporção em que o homem deposita sua força de trabalho em um objeto, seja a causa decisiva e imediata do seu valor:

*Em primeiro lugar é preciso saber em que objetos se concentra a força e, em segundo lugar, como é que esta se concentra. Se um homem cria um objeto que não tem valor de uso para os outros homens, por muita força que concentre nele, não produzirá nem sequer um átomo de valor. E, por mais que se esforce em produzir manualmente um objeto que uma máquina produz vinte vezes mais barato, dezenove vigésimos da força por ele gasta não terá nenhum valor e, portanto, nenhuma quantidade especial de valor.*(ENGELS, 1976, p.166).

Se o que determina então a grandeza do valor de uma mercadoria é o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, seu valor permaneceria invariável se fosse constante o tempo de trabalho requerido para a sua produção. Não obstante este valor muda com qualquer variação na produtividade do trabalho (destreza média dos trabalhadores, grau de desenvolvimento da ciência, condições naturais, etc.):



*Quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor. Inversamente, quanto menor a produtividade do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e tanto maior seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade, e na inversa da produtividade, do trabalho que nela se aplica (MARX, 1968, p. 47).*

O processo de troca das mercadorias nem sempre é compreendido plenamente, gerando em torno desse fenômeno um verdadeiro mistério, na expressão de Marx, um fetichismo próprio do processo de composição do valor e, por extensão, do processo de troca:

*A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidades de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho (MARX, 1968, p. 80).*

A forma mercadoria dos produtos do trabalho, portanto, oculta as relações sociais entre os seus produtores, ou seja, a relação social entre os homens assume a forma de uma relação entre coisas, à margem e independente deles: *"uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas"* (MARX, 1968, p.81).

Os produtos do trabalho tornam-se mercadorias por serem fruto de trabalhos privados, independentes uns dos outros. O conjunto desses trabalhos particulares, forma o trabalho social que só se concretiza mediante as relações sociais que se estabelecem entre os produtores que permutam seus produtos de trabalho. E é essa relação que determina o caráter social dos trabalhos individuais:

*Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações diretas entre indivíduos em seus trabalhos (MARX, 1968, p. 82).*

A forma mercadoria é um produto social e histórico do trabalho dos homens. Portanto, nada tem a ver com a natureza física dos produtos do trabalho nem com as relações materiais dela decorrentes. Mas, para os produtores, a produção de mercadorias se apresenta como um processo natural e definitivo o que, na realidade, é verdadeiro apenas para uma determinada forma de produção, a produção capitalista:

*O que, na prática, interessa aos que trocam os produtos é saber quanto de outras mercadorias podem receber pela sua, em que proporções, portanto, os produtos se trocam. Na medida em que o costume fixa essas proporções, parecem elas derivar da natureza dos produtos do trabalho, e passa-se a considerar, por exemplo, que uma tonelada de ferro e duas onças de ouro têm igual valor do mesmo modo que um quilo de ouro e um quilo de ferro têm igual peso, apesar das diferentes propriedades físicas e químicas (MARX, 1968, p. 83).*

Dessa forma, tanto a mercadoria quanto a determinação de seu valor são, para os produtores, formas naturais e imutáveis da vida social. Essas formas de pensamento socialmente válidas são características da lógica desse modo de produção.

O modo de produção capitalista é caracterizado pelo intercâmbio de mercadorias e esse intercâmbio se dá entre os produtores que permutam produtos que se igualam como valores. Contudo, há um tipo específico, particular de mercadoria que não recebe o mesmo tratamento que as demais: é a força de trabalho.

#### 2.1.2.4.1 A MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho, definida como "*o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie*" (MARX, 1968, p.187), pode ser considerada uma mercadoria peculiar pois é um valor de uso que gera valor. Assim, aquele que compra a força de trabalho, ao consumi-la, cria valor. É, por isso, uma mercadoria especial, distinta, de caráter inteligente, capaz de adaptar-se e de ser aperfeiçoada em benefício da produtividade. Contudo, a força de trabalho, como mercadoria, não surge ao acaso. Ela é um produto de condições históricas, ou seja, tem origem a partir de certas condições:

*A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornam-se generalizadas através de toda a sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo lugar, os trabalhadores estão livres de restrições legais, tais como a servidão ou a escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro lugar, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista (BRAVERMAN, 1977, p. 54-55).*

Portanto, a força de trabalho surge como mercadoria quando o seu próprio possuidor a coloca a venda e, para tanto, precisa dispor dela, ser proprietário único e livre para oferecê-la a quem queira comprá-la.

Quando vendedor e comprador de força de trabalho se encontram no mercado, ambos como possuidores de mercadorias, entram em relação um com o outro mediante um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda e da

compra, onde o vendedor cederá sua força de trabalho ao comprador por um tempo e valor determinados. Essa relação social, por sua vez, que se estabelece entre possuidor de força de trabalho e o possuidor de capital, também traz em si a marca da história. Diz MARX (1968, p. 189):

*A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias, e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social.*

O trabalhador só transforma sua força de trabalho em mercadoria porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida e porque não possui os meios de produção para produzir e vender outras mercadorias: "*Quem quiser vender mercadoria que não seja sua força de trabalho, tem de possuir meios de produção, como matérias primas, instrumentos de produção, etc. Não pode fazer sapatos sem couro. Precisa além disso de meios de subsistência*" (MARX, 1968, p. 189).

Como toda mercadoria a força de trabalho também tem um valor. Esse valor é determinado - como o de qualquer outra mercadoria - pelo tempo de trabalho necessário a sua produção; no caso específico da força de trabalho pelo tempo necessário para a sua reprodução, uma vez que o consumo dessa mercadoria específica pressupõe a existência do indivíduo, do trabalhador. Dessa forma, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução, à medida que o trabalhador necessita de uma certa quantidade de meios de subsistência para poder colocar em ação a sua força de trabalho.

A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria que só se concretiza quando se põe em ação, quando produz mercadorias. Para tanto o seu possuidor, o trabalhador, desgasta energia que precisa ser repostada para que, nos dias que

sucedem, possa continuar produzindo sob as mesmas condições de força e saúde. Enfim, pode-se dizer que *"o valor da força de trabalho reduz-se ao valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Varia portanto com o valor desses meios de subsistência, ou seja, com a magnitude do tempo de trabalho exigido para sua produção"*(MARX, 1968, p.192).

## 2.2 AS CONCEPÇÕES DE CORPOREIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Realizado esse breve estudo, sobre as categorias econômicas marxianas, cujo objetivo foi de organizar uma compreensão parcial do movimento estrutural do modo de produção capitalista, torna-se relevante discutir as concepções de corporeidade. Antes, porém, há de se ressaltar alguns aspectos importantes em relação ao encaminhamento da questão.

A reflexão filosófica sobre a corporeidade, no contexto da sociedade capitalista, não pode desconsiderar os antecedentes históricos da relação do homem com o seu corpo uma vez que os valores socialmente atribuídos à corporeidade não se definem à margem dessa complexa relação histórico-social. Nesse sentido, as concepções de corporeidade se inserem no processo de construção da própria concepção de homem e sociedade.

Em cada época histórica se buscou, através da reflexão filosófica, a compreensão do corpo, do homem e do mundo. Pode-se dizer que *"Na história do pensamento filosófico, a problemática do homem e do seu mundo oscilou sempre entre dois pólos: o corpo e a alma, o conhecimento sensível e o conhecimento inteligível, o mundo da matéria e o mundo do espírito, a vida terrena e a vida ultraterrena"* (GONÇALVES, 1994, p. 41).

Embora se reconheça que as concepções de corporeidade são construções sociais, não é objetivo deste estudo realizar um relato histórico das concepções de corporeidade no pensamento filosófico, muito menos aprofundar

a discussão sobre a relação entre corpo e espírito. Este estudo, particularmente neste capítulo, tem por meta aprofundar a discussão em torno da corporeidade desvelando seu significado histórico-concreto em um tipo determinado de sociedade: a sociedade capitalista.

Para apreender as concepções de corporeidade no modo de produção capitalista torna-se fundamental uma visão de totalidade, ou seja, entender que o corpo não existe isoladamente, independente das relações sociais: " *'a essência do fenômeno não se encontra nele, mas (...) é a relação do fenômeno com a realidade que possibilita a sua compreensão, uma vez que o fenômeno não se manifesta independentemente, mas somente na totalidade da qual faz parte e com a qual se relaciona dialeticamente'* " (KOSIK, apud MEDINA, 1991, p.86). Portanto, a compreensão do corpo implica a compreensão das circunstâncias, das relações sociais em que está inserido pois o homem não é um ser ideal, abstrato da humanidade, mas um ser concreto que interage com a sociedade onde vive:

*O homem vive em um determinado contexto social com o qual interage de forma dinâmica, pois, ao mesmo tempo em que atua na realidade, modificando-a, esta atua sobre ele, influenciando e, até podemos dizer direcionando suas formas de pensar, sentir e agir. Assim, as concepções que o homem desenvolve a respeito de sua corporalidade e as suas formas de comportar-se corporalmente estão ligadas a condicionamentos sociais e culturais* (GONÇALVES, 1994, p.13).

Nesta perspectiva, as relações sócio-econômicas ou, ainda, o modo de produção de determinada sociedade, tem um peso decisivo sobre o homem que nela vive, imprimindo-lhe seus valores, leis, sentimentos, ideais, concepções, além da forma de lidar com seu corpo. Não obstante, esta determinação não deve ser vista de forma fatalista e mecânica.

Embora se reconheçam as diferentes concepções de corporeidade, ao longo da história, ou, em outras palavras, que o corpo apresentou, historicamente, vários significados, entre eles, expressão do poder, sinônimo de

pecado, prisão da alma, priorizou-se a discussão da relação do homem e seu corpo na sociedade contemporânea, onde destacam-se dois viéses fundamentais: o corpo como instrumento de trabalho e o corpo como mercadoria.

### 2.2.1 O CORPO COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO

O homem, através da atividade produtiva, se apropria e transforma a natureza a fim de atender suas necessidades. Dessa forma, pode-se dizer que o homem desenvolveu, ao longo da história, diferentes modos de produção que, por sua vez, geraram diferentes formas de relacionamento social. As mudanças no sistema de produção, do regime feudal para o capitalista provocaram profundas transformações nas relações sociais, consequentemente na própria atividade produtiva. Com o impulso prodigioso das forças produtivas, passa-se a produzir mais que o necessário para o consumo pessoal e familiar: produz-se o excedente econômico, objetivando o acúmulo de capital.

Não obstante, *"o aparecimento do excedente de produção cria no trabalho a força motriz do desenvolvimento econômico e também perspectivas de evolução ampla da sociedade como um todo"* (MEDINA, 1991, p. 33).

O trabalho é a atividade em que *"o homem se exterioriza e imprime ao objeto sua vontade, sua consciência"* (GONÇALVES, 1994, p.60); atividade em que o homem modifica a natureza para atender suas necessidades, modificando, ao mesmo tempo, sua própria natureza: *"A mão, ao vencer a resistência da matéria, dá aos objetos que ela cria, transformando a matéria, uma significação humana. O trabalho revela, assim, a unidade do homem no pensar e no agir transformador do mundo"* (GONÇALVES, 1994, p. 114).

Entretanto, na lógica do modo de produção capitalista, o trabalho adquire novos contornos em função do desenvolvimento econômico. Todo produto do trabalho humano é convertido em mercadoria, sendo o trabalho,

produtor de bens, efetuado apenas em sua forma capitalista. Assim, é no trabalho, na produção de mercadorias que se movimenta o capital.

Nesse processo, onde o produto do trabalho assume a forma de mercadoria, onde se produz visando a geração de excedente, o trabalhador aparece como peça fundamental na engrenagem da produção capitalista, pois *"só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade"* (MARX, 1968, p. 190).

Dentro da lógica desse sistema de produção, onde predominam as relações de troca, trabalhador e capitalista se encontram no mercado e trocam suas mercadorias. O capitalista possui o dinheiro de que necessita o trabalhador para sobreviver e o trabalhador somente conta com sua própria força de trabalho de que necessita o capitalista para a produção da mais-valia: *"... o operário recebe meios de subsistência em troca de seu trabalho, mas o capitalista, em troca de seus meios de subsistência, recebe trabalho; a atividade produtiva do operário não somente destitui o que ele consome, mas dá ao trabalho acumulado um valor maior do que aquele que ele possuía antes"* (MARX, apud MANDEL, 1968, p. 56).

Entretanto, para por em ação sua força de trabalho, o trabalhador deve utilizar-se do corpo. É, então, que o corpo se apresenta ao trabalhador como o único instrumento, a única ferramenta de que dispõe para ganhar a vida, através da venda de sua força de trabalho: *"A força muscular do trabalhador, sua energia e sua resistência passaram a ser objetos da exploração capitalista; seu corpo passou a ser um corpo oprimido, manipulável, um instrumento para a expansão do capital"* (GONÇALVES, 1994, p. 22).

Assim, o modo de produção capitalista dá origem a uma nova forma de se conceber o corpo: ele passa a ser um instrumento de trabalho, um utensílio, um objeto de uso pessoal. Entretanto, não se pode afirmar que a concepção de



instrumentalidade do corpo surge com o advento do capitalismo. Essa concepção, *"essa imagem de utensílio, sem dúvida, remonta às origens da humanidade, pelo menos desde as culturas mais antigas conhecidas. Aqui o corpo aparece como sendo um utensílio da alma e do espírito, que depois muda de nome para o de consciência ou razão, mas sempre como senhores absolutos do corpo"* (SANTIN, s.d., p. 142). Portanto, a concepção de instrumentalidade do corpo aparece primeiro como utensílio da alma e, na sociedade capitalista, relacionada à produtividade, ao trabalho.

Com a ascensão da burguesia, culminando com a produção capitalista, a relação do homem com seu corpo se transforma. Assim, *"o controle da natureza pelo homem, passa pelo domínio do corpo. Deve-se conhecer o corpo, 'construí-lo' pouco-a-pouco, afim de que ele tenha uma utilidade prática imediata que não seja a de ser tão somente a 'morada do espírito': o utilitarismo"* (MESQUITA, 1992, p. 4).

Pode-se dizer que, com a expansão e solidificação do modo de produção capitalista e o crescente domínio da natureza, por meio do desenvolvimento da ciência e tecnologia, passou-se a valorizar não do corpo, mas da sua utilidade para produzir. Nesta perspectiva, o valor do corpo não está nele mesmo, mas vinculado ao uso que dele se faz. Contudo, é preciso reiterar que o sentido de utilidade do corpo para produzir não surge com o capitalismo, porém essa questão ganha uma nova dimensão com a ascensão da burguesia.

A moderna sociedade industrial, através da valorização do corpo pela utilidade de sua força fisiológica, deu origem a um corpo autônomo, uma ferramenta a serviço da produção. Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalhador aliena-se do próprio corpo uma vez que ele se apresenta como um meio de sobrevivência; o corpo aparece como um objeto desvinculado do homem.

Não se pode esquecer, ainda, que, com o processo de industrialização o homem, gradativamente, foi se distanciando do produto de seu trabalho como expressão integrante de sua totalidade. Isto ocorreu devido a

vários fatores, entre eles a fragmentação e a mecanização do trabalho em decorrência da moderna tecnologia: "*Com o desenvolvimento da indústria moderna, surgiu a divisão técnica do trabalho, em que o operário realiza tarefas isoladas, que correspondem apenas a partes específicas do produto final*" (GONÇALVES, 1994, p. 21). A mecanização e fragmentação do trabalho provocou no corpo, no movimento humano, o mesmo efeito:

*No trabalho, a manipulação do corpo foi, progressivamente, assumindo proporções cada vez mais graves, com a expansão do sistema capitalista e com o desenvolvimento da tecnologia: os movimentos corporais tornaram-se instrumentalizados, como se pode observar, por exemplo, na indústria, ao dissociar os movimentos corporais em partes isoladas para aumentar a produção* (GONÇALVES, 1994, p.17).

Isso reforçou ainda mais a concepção do corpo como instrumento de trabalho que "*reflete-se também na forma de a sociedade capitalista tratar seus elementos, quando, ao envelhecerem, diminui sua capacidade física de trabalho. Nesse período da vida, o indivíduo, por supostamente não poder participar de forma efetiva no processo de produção, é relegado ao ostracismo, perdendo seu sentido ao retirar-se para a vida privada*" (GONÇALVES, 1994, p. 31).

Nesse primeiro momento, o corpo se apresenta como "*um corpo-produtor, corpo-instrumento, de que os burgueses são os sujeitos; corpo a ser treinado, disciplinado, alimentado, fortificado, conhecido. Corpo que deve render, frutificar. É também o corpo a que os dominados deverão ser subjugados: corpo-ferramenta, corpo alienado, corpo que se troca por um salário*" (STROZENBERG, 1986, p. 98). Esse modelo de corporeidade, essa forma do homem se relacionar com seu corpo está sedimentada nas condições sociais, políticas e econômicas da sociedade moderna, "*orientada para a produção, na qual toda ação humana tende a ser medida e valorizada por meio dos seus resultados*" (GONÇALVES, 1994, p. 29).

Mas, na história do corpo moderno há também um segundo momento: o corpo, além de ser produtor de mercadorias acaba transformando-se na própria mercadoria, sempre com vistas à expansão do capital.

### 2.2.2 O CORPO COMO MERCADORIA

A leitura que o homem faz do seu corpo bem como a maneira de comportar-se corporalmente, trazem a marca do grupo social em que vive. Nesse sentido, pode-se dizer que o corpo revela não somente a individualidade do homem mas também as características de seu grupo social: *"é como alguém já disse, 'o que o corpo fala é o que o social está falando através do corpo' "* (MEDINA, 1991, p. 66). Não se deve esquecer, entretanto, que a relação do homem com a sociedade é uma relação dinâmica uma vez que *"o homem é um ser essencialmente ativo, que cria a realidade material e social em que se insere, ao mesmo tempo em que essa realidade age sobre ele, constituindo sua essência histórica"* (GONÇALVES, 1994, p. 59).

Na sociedade capitalista, o corpo não é somente concebido como um instrumento a serviço da produção. Com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, cresce o rol de produtos que entram no mercado para serem consumidos. Entre esses produtos está o próprio corpo que é incorporado rapidamente ao mercado, quando transformado em mercadoria:

*Refletindo as aspirações capitalistas da época, o corpo torna-se palco, meio e fim de modos de produção e consumo. A engenhosidade do sistema constrói desejos para satisfazer aos imperativos da grande indústria, via natureza e necessidades do corpo. Para isso, o corpo é colocado a serviço de 'negócios' altamente lucrativos que o explora moral, científica, ideológica, comercial e emocionalmente* (PINTO, 1992, p. 295).

É importante ressaltar que o corpo não se transforma em mercadoria ao acaso, naturalmente, mas sim a partir das determinações sociais presentes na sociedade capitalista. Portanto, a compreensão de como o capitalismo se apropria do corpo e o incorpora ao mercado, implica na própria compreensão da lógica desse sistema de produção.

Com o capitalismo, a sociedade tornou-se um gigantesco mercado onde tudo o que é produzido, sejam novos serviços ou mercadorias, é rapidamente incorporado ao mercado para ser comercializado:

*Assim, a população não conta mais com a organização social sob a forma de família, amigos, vizinhos, comunidade, velhos, crianças, mas com poucas exceções devem ir ao mercado e apenas ao mercado, não apenas para adquirir alimento, vestuário e habitação, mas também para recreação, divertimento, segurança, assistência aos jovens, velhos, doentes e excepcionais. Com o tempo, não apenas necessidades materiais e de serviço, mas também os padrões emocionais de vida, são canalizados através do mercado (BRAVERMAN, 1977, p. 235).*

O homem que vive na sociedade capitalista fica, desta forma, preso nas amarras da produção e consumo de bens-mercadorias e serviços-mercadorias.

As relações sociais, por sua vez, configuram-se - a partir das situações concretas determinadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção - em relações de mercado substituindo as relações individuais e comunitárias: *"A estrutura social, erguida sobre o mercado, é tal que as relações entre indivíduos e grupos sociais não ocorre diretamente, como combates cooperativos humanos, mas através do mercado como relações de compra e venda"* (BRAVERMAN, 1977, p. 235).

A mercadoria é, portanto, o eixo pelo qual se movimenta a sociedade capitalista, através da produção e do consumo, ou seja, da contínua capacidade de inovar produtos diversos, criar novos serviços e incorporá-los ao mercado para serem consumidos. Contudo, não basta apenas criar novos produtos e lançá-

los no mercado. Para que venham a ser consumidos, gerando lucro, é preciso que satisfaçam necessidades: "*Se um homem cria um objeto que não tem valor de uso para os outros homens, por muita força que concentre nele, não produzirá nem sequer um átomo de valor*" (ENGELS, 1976, p. 166), ou seja, para que um determinado produto seja fonte de valor, para que seja consumido, tem que, obrigatoriamente, ter valor de uso social, atender necessidades humanas. A lógica do sistema capitalista, cria, então, não somente novos produtos mas, fundamentalmente, novas necessidades: "*Com o desenvolvimento histórico das formas e das relações intrínsecas à atividade produtiva, a natureza humana cresce em complexidade, amplia-se o mundo humano, criando-se novas necessidades materiais e espirituais e novos modos de satisfazê-las que, por sua vez, geram novas necessidades, em um contínuo devir.*" (GONÇALVES, 1994, p. 60).

A partir da compreensão da lógica do sistema capitalista que tudo transforma em mercadoria num processo que leva à dependência de toda vida social e, por conseguinte, de todas as inter-relações da humanidade para com o mercado, pode-se compreender como o corpo foi transformado em mercadoria.

Assim, com a expansão da produção e consumo de mercadorias o corpo, além de representar um instrumento de trabalho, é agora apresentado como produto de consumo, a própria mercadoria vendável a partir de modelos estéticos pré-estabelecidos pela 'moda', sempre com vistas à expansão do capital.

A transformação do corpo em produto de consumo traz à tona o fenômeno do culto ao corpo, cujo sentido concreto ganha a dimensão do mercado: "*como cuidar do corpo, qual o padrão de beleza almejar, são padrões que se modificam constantemente. Na moda do culto ao corpo, só um elemento é permanente: o corpo da moda é o corpo do sucesso*" (STROZENBERG, 1986, p. 67).

Mas tão empreendedor é o capital que não só reduz o corpo à mais um objeto posto à venda, no mercado, como o utiliza para vender os mais diversos artigos:

*Nesta civilização de abundância industrial, de lazer e consumo, cada corpo terá, doravante, nova tarefa, a de ser o suporte material e ideológico da produção, [...] digerindo bens, destruindo e aniquilando em escala industrial, para que novas levas produtivas tenham lugar. Eis o novo corpo, agora ponto fundamental de articulação da produção com o consumo, agora ponto crucial da re-produção do sistema. [...] Cada parte do corpo - das unhas (esmaltes, lixas, alicates...) aos fios de cabelo (xampus, rinse, secadores...), do estômago (digestivos, restaurantes...) aos órgãos sexuais (talcos, cremes, desodorantes, preservativos...) - se transforma em consumidor especializado (STROZENBERG, 1986, p. 99).*

Aos poucos o corpo, não em sua totalidade, mas como a parte física, material do homem, vai adquirindo os contornos ditados pela indústria da moda. A corporeidade antes vilipendiada e desvalorizada, passa, agora, a ser supervalorizada: *"é o tempo da hipervalorização ideológica do corpo - do corpo 'liberado', medicalizado, estetizado, eternamente consumidor"* (RODRIGUES, apud BRUHNS, 1992, p. 273). Concordando com essa afirmação, em **Corpo**, JOHNSON (1990) afirma que este nunca recebeu tanta atenção. Os parques estão cheios, não param de surgir academias de ginástica, clubes atléticos, etc... Mas o corpo, embora objeto de tanta atenção, não passa de um corpo fragmentado, não é um corpo enquanto fonte de decisões inteligentes. Em outras palavras, com o fenômeno do culto ao corpo houve apenas uma inversão de valores, transferindo o centro das atenções da razão para o corpo, perpetuando o viés de fragmentação, só que, agora, em sentido inverso, onde a hipertrofia do externo fica evidente: *"Aqui, sem dúvida o externo é o superior. É o reino da aparência, com sua corte da superfície. Neste universo ideológico, não existe espaço para uma valorização dos interiores, das profundidades. Nele, cada um*

*vale e é avaliado pelo que está escrito no seu corpo, na sua roupa, enfim, na sua materialidade imediata" (STROZENBERG, 1986, p. 17).*

Nesse processo de hipervalorização o corpo transformou-se em assunto de interesse geral. Passou a ser amplamente discutido, tanto nas conversas cotidianas quanto nas discussões mais formais: *"Súbito ficou na 'moda' inquietar-nos com a temática corporal, como se só recentementeouvéssemos passado a ser corpos no mundo. Todos podemos ver as muitas explorações de marketing sobre esse assunto, que tem resultado em rios de dinheiro e oceanos de distorções compreensivas" (MORAIS, 1992, p. 72).*

Um dos fatores determinantes do fenômeno do culto ao corpo ganhar a dimensão do mercado é a publicidade que, junto aos meios de comunicação, desempenham papel fundamental na divulgação e legitimação do corpo ideal, que se deve ter ou desejar e dos meios para alcançá-lo. Segundo STROZENBERG (1986), em **De corpo e alma**, o volume de informações sobre o corpo veiculados pelos meios de comunicação de massa é impressionante. Se o corpo sempre foi, de algum modo, um tema importante na ideologia de consumo da sociedade moderna, ele nunca, como hoje, foi tão valorizado. Cuidar do corpo, afirma a indústria cultural, é indispensável. O binômio saúde-beleza, no qual o segundo termo é o determinante, é apresentado como o caminho para a felicidade individual. O sentido normativo das mensagens faz do corpo um dever e uma obrigação: é o culto ao corpo na religião do indivíduo.

Mas a publicidade não somente veicula o paradigma do corpo ideal como vai além ao utilizar-se do corpo para vender os mais diversos produtos. Nesse sentido, pode-se dizer que a publicidade é um recurso utilizado pelo capitalismo através, principalmente, dos meios de comunicação, para vender não só um modelo ideal de corpo mas também muitos outros produtos através do corpo ideal. Desta forma, *"em inúmeras propagandas, os produtos aparecem associados a um corpo saudável, próximo à natureza. Em outras, o corpo*

*aparece como um objeto sexual, onde o objetivo é ligar o produto a ser consumido com momentos de prazer erótico"* (GONÇALVES, 1994, p. 30).

A publicidade atua no sentido de apresentar os produtos como a melhor forma de satisfazer as necessidades, artificialmente criadas pela sociedade capitalista. Nas propagandas, geralmente se vincula o produto a ser vendido à satisfação de necessidades que extrapolam aquilo que realmente o produto pode oferecer: *"Basta comprar o cigarro de marca tal, o relógio x, o jeans y, e as meias w para conseguir sucesso profissional, segurança, charme, inteligência e o que mais desejar"* (ARANHA, 1989, p. 89).

Contraditoriamente o capitalismo, com sua lógica individualista, através dos meios de comunicação, tende a padronizar os gostos e hábitos populares, o que é mais garantido pelo fato do mercado de massa ter um efeito de mínimo denominador comum: *"A moderna tecnologia, com a possibilidade de produção em massa e com o poderoso mecanismo de comunicação, traz consigo a padronização de gostos e hábitos - a homogeneização dos indivíduos e das consciências - que se revela no comportamento corporal, na concepção e no tratamento do corpo."* (GONÇALVES, 1994, p. 28).

Ao estabelecer um modelo de beleza, rígido e universal, a sociedade acaba desconsiderando as diferenças concretas que existem entre os corpos humanos, tanto de ordem biológica, quanto social. Isto se confirma pela existência de inúmeras técnicas e práticas que se tornam cada vez mais sofisticadas, que vão do mais simples regime alimentar até as mais ousadas operações cirúrgicas, plásticas, enxertos, etc..., tudo isso para fabricar, moldar o corpo desejado, que todos, indistintamente, querem alcançar.

A exploração do corpo pela publicidade além de reforçar uma concepção fragmentada de corporeidade, reduzindo o homem à sua forma estética, o aprisiona e o torna cada vez mais submisso, dependente do mercado. Não obstante, aquilo que é a causa do problema pode ser também sua solução, ou seja, o momento em que se encontra o corpo, supervalorizado, exaltado



unicamente pelas suas possibilidades estéticas, pode representar também o caminho para a desmistificação do corpo 'ideal', para a compreensão da totalidade do homem. Isto exige não só um espírito crítico em relação às mensagens da indústria cultural, ou seja, saber interpretá-las e não submeter-se a elas de olhos fechados, como um dogma, como também a desmistificação dos modelos de corpo ditados pela 'moda'.

## 2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir as concepções de corporeidade no contexto da sociedade capitalista, não é tarefa fácil. Em primeiro lugar, pela abrangência das questões referentes à corporeidade e, em segundo lugar, pela complexidade de apreender o movimento estrutural da sociedade capitalista. Sendo assim, procurou-se organizar, a partir do estudo das categorias econômicas marxianas, uma percepção introdutória desse movimento estrutural do modo de produção, bem como da problemática da corporeidade no âmbito da realização da lógica capitalista.

Através do estudo das categorias econômicas foi possível perceber que, apesar do grau de complexidade atingido pela sociedade capitalista por meio de um grande desenvolvimento científico e tecnológico, ela continua apresentando contradições fundamentais. Uma dessas contradições pode ser expressa pela relação capital x trabalho, *"porque o capital não pode crescer sem desenvolver ao mesmo tempo o proletariado. A concentração da riqueza social entre as mãos de uma classe social implica uma concentração de miséria no estado de outra classe social."* (ENGELS, apud MANDEL, 1968, p. 59).

Assim, se o capitalismo provocou, por um lado, um grande desenvolvimento científico e tecnológico, por outro produziu condições que não permitem, à grande maioria, a satisfação de suas necessidades mais vitais: *"Uma das evidências mais chocantes do nosso tempo, por exemplo, é a da disparidade*

*em que se encontram o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, de um lado, e as condições materiais de vida da generalidade dos povos, de outro"* (KONDER, 1965, p. 12). Não se trata, entretanto, de estabelecer uma crítica moralista às condições criadas pelo desenvolvimento capitalista.

Trata-se, então, de mostrar que é somente a partir do conhecimento das condições concretas determinadas pelo modo de produção capitalista, que se pode compreender os significados que assume a corporeidade nessa sociedade.

Neste estudo, verificou-se que a corporeidade assume dois sentidos básicos: o corpo é entendido como um instrumento de trabalho e, posteriormente, como mercadoria. Entretanto, deve-se deixar claro que a concepção do corpo como mercadoria não infirma a concepção do corpo como instrumento de trabalho.

É importante lembrar que o modelo do corpo como instrumento de trabalho reflete os valores de uma sociedade voltada para a produtividade, onde a meta é o excedente econômico. O corpo, nesta concepção, representa para o trabalhador sua ferramenta de trabalho; o único meio de que dispõe para sobreviver. Nesse processo, o homem aliena-se não só da sua atividade produtiva, do produto de seu trabalho e dos outros homens como também do próprio corpo, que torna-se o meio pelo qual ele coloca em ação a sua força de trabalho para a produção da mais-valia.

Deve-se lembrar ainda que, com o modo de produção capitalista, a sociedade transformou-se em um grande mercado onde tudo passa a ser comercializado. O corpo, então, acompanhando o movimento do capitalismo, transforma-se em produto de consumo, em mercadoria, vendável a partir de modelos estéticos pré-estabelecidos. Pode-se dizer que o fenômeno do culto ao corpo ganha a dimensão do mercado, ou seja, o corpo assume um duplo significado: mercadoria vendável no mercado, bem como meio de venda de outras mercadorias.

A partir do exposto, fica claro que a concepção do corpo como instrumento de trabalho e como mercadoria não surgem ao acaso, naturalmente, mas sim a partir das determinações sociais presentes na sociedade capitalista. Portanto, essas concepções não são abstratas, mas construídas a partir das relações que o homem estabelece no âmbito da sua prática social.

### 3 CONCLUSÃO

Através das discussões apresentadas nesse trabalho pretendeu-se contribuir para o processo de enriquecimento das reflexões sobre a corporeidade. Assim, entendendo a corporeidade como fenômeno processual e reconhecendo que a realidade é sempre mutável, em nenhum momento houve a pretensão de esgotar a discussão.

Para que se possa superar as visões simplistas e unilaterais da corporeidade, que reduzem o corpo e o movimento humano a apenas um dos aspectos da totalidade do homem, torna-se necessário à educação física empenhar-se em elevar seu nível de consciência crítica em relação às questões da corporeidade. Somente dessa forma, poderá construir uma concepção de homem e sociedade que não reduza a corporeidade e o movimento humano, em sua realização concreta, a uma explicação parcializada.

Sem negar o processo histórico concreto como fator determinante na configuração atual do fenômeno da corporeidade, deve a educação física assumir um posicionamento crítico em relação as concepções dominantes, para que não se torne apenas um espaço onde se reproduzam, através de certas práticas corporais, os valores inerentes a sociedade capitalista, perpetuando e reforçando esses valores.

Finalmente, cabe à educação física resgatar e valorizar, através de sua prática concreta, todas as dimensões da corporeidade e do movimento humanos considerando o processo histórico-social na construção dos significados da corporeidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ARANHA, M. Lúcia; MARTINS, M. Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1989.
- 2 ASSMANN, Hugo. Paradigmas educacionais e corporeidade. Piracicaba: Unimep, 1993.
- 3 BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro: Zahar , 1977.
- 4 BRHUNS, Heloisa Turuni. O culto do corpo-prazer, o fenômeno lazer e o lúdico. Revista brasileira de ciências do esporte, Campinas, v. 12, n. 3, p. 27-35, jan./jun. 1992.
- 5 ENGELS, Friedrich. Anti-Dühring. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.
- 6 FROMM, Erich. Conceito marxista do homem. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- 7 GONÇALVES, M. Augusta Salin. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 1994.
- 8 JOHNSON, Don. Corpo. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.
- 9 KONDER, Leandro. Marxismo e alienação. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 1965.
- 10 \_\_\_\_\_. Marxismo e alienação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- 11 MANDEL, Ernest. A formação do pensamento econômico de Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar , 1968.
- 12 MARX, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos. In: FROMM, Erich. O conceito marxista do homem. Rio de Janeiro: Zahar , 1983.
- 13 \_\_\_\_\_. O capital. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- 14 MEDINA, João Paulo S. O brasileiro e seu corpo. 3. ed. Campinas: Papirus, 1991.

- 15 MESQUITA, Peri. Corpo, mente e corporeidade na história da educação física. Revista Educativa, Juíz de Fora, n. 5, p. 4-5, nov. 1992.
- 16 MORAIS, J. F. Régis. Consciência corporal e dimensionamento do futuro. In: MOREIRA, Wagner. Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.
- 17 PINTO, L. M. S. de Magalhães. Artimanhas do corpo diante do espelho. Revista brasileira de ciências do esporte, Campinas, v. 12, n. 3, p. 294-296, jan./jun. 1992.
- 18 SANTIN, Silvino. Aspéctos filosóficos da corporeidade. Revista Brasileira de ciências do esporte. Campinas, v. 11, n. 2, p. 136-145, [s.d.].
- 19 \_\_\_\_\_. Perspectivas na visão da corporeidade. In: MOREIRA, Wagner. Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.
- 20 STROZENBERG, Ilana (Coor.). "De corpo e alma". Rio de Janeiro: Comunicação Contemporânea, 1986/1987.
- 21 VIEIRA, Carlos Eduardo. O historicismo Gramsciano e a pesquisa em educação. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em filosofia e história da educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.